

REUNIÃO DE CONJUNTURA

11/06/2018

Artigos de Conjuntura Local

Laços com a Sociedade (Zeina Latif – 07/06/2018).....	1
A entrevista corajosa de Benevides (Samuel Pessôa – 03/06/2018).....	2
A democracia real (Michel Temer – 02/06/2018)	4
<i>Decifra-me ou te devoro (Fernando Henrique Cardoso – 03/06/2018).....</i>	<i>6</i>
Uma vitória do consumidor com o novo cadastro positivo (Cristiane Alkmin J. Schmidt – 05/06/2018).....	8
A misteriosa relação entre globalização, tecnologia e trabalho (Marcos Troyjo – 06/06/2018)	10
A maldição do pré-sal (Rodrigo Zeidan – 02/06/2018).....	12



Laços com a Sociedade (Zeina Latif – 07/06/2018)

Economista-chefe da XP Investimentos

* * *

A desejada renovação da política não é para já. Em alguma medida porque as regras eleitorais contribuem para reforçar a competitividade dos grandes partidos e dos políticos atuais. Uma trajetória como a de Macron na França enfrentaria muitas dificuldades no Brasil.

Há algo, porém, mais relevante. O engajamento da sociedade na política é um fenômeno recente, não tendo sido possível o surgimento de novas lideranças políticas competitivas. Bons nomes, dentro e fora da política, há. Faltou tempo para depuração. O quadro nas eleições de 2022 será, provavelmente, diferente.

Nem tudo está perdido, no entanto. Há um lado positivo da não renovação neste momento. Diante da urgência de reformas, tudo que o Brasil não precisa agora é de um presidente inexperiente. A reforma da Previdência não pode mais esperar, apenas para citar a mais urgente delas.

Experiência e habilidade política serão atributos essenciais ao próximo presidente. Mais do que no passado. O chamado presidencialismo de coalizão, que caracteriza a busca de maioria no Congresso, dependerá mais da boa política, porque as barganhas tradicionais estarão racionadas. A lei das estatais limita a oferta de cargos políticos e, por conta do orçamento apertado, reduziu-se o espaço para emendas parlamentares e matérias no Congresso que beneficiem políticos e grupos de interesse.

Mas não é só isso. Capacidade de diálogo e de comunicação também serão essenciais. O próximo governo terá, pois, de modernizar a relação da política com a sociedade para ser bem sucedido. A importância do diálogo aumentou, pois a agenda de reformas é desafiadora, demandando apoio da sociedade, hoje mais participativa.

A fórmula usual de comunicação de muitos políticos é apelar para discursos populistas, apontando vilões a serem combatidos. A última vítima foi Pedro

Parente. Vários políticos correram para apontar o dedo contra o ex-presidente da Petrobrás. E o governo sucumbiu. Infantiliza-se e subestima-se, assim, a sociedade.

A velha fórmula, no entanto, já não funciona tão bem. O apoio à greve dos caminhoneiros se reduziu quando a sociedade compreendeu que o custo será pago por todos nós. Os políticos afoitos que apoiaram a paralisação logo precisaram rever suas posições.

Não surpreende que a sociedade não se sinta representada pelos políticos.

Políticos precisam aprofundar e modernizar a comunicação com a sociedade, dando transparência aos problemas e às políticas públicas, expondo custos, objetivos, os beneficiados e seu impacto.

O caminho para maior transparência é longo, mas já foi iniciado. As renúncias tributárias hoje são mais conhecidas, bem como os privilégios que beneficiam alguns grupos, como os militares e a elite do Judiciário. A prática de avaliação de políticas públicas, ainda que lentamente, vai ganhando corpo. Evidência disso foi o trabalho do

Banco Mundial avaliando as distorções causadas por algumas políticas sociais e sua baixa efetividade.

Esse passo, porém, ainda não foi dado pela política; mesmo políticos novos. Um exemplo é a gestão João Doria na Prefeitura de São Paulo. O ex-prefeito demonstrou coragem ao enviar à Câmara sua proposta de reforma da Previdência do funcionalismo municipal. A iniciativa não resistiu, porém, ao primeiro teste. O barulho dos servidores públicos contra a medida venceu a razão. E a sociedade, desinformada, assistiu a tudo sem entender quanto a reforma é necessária e precisa ser apoiada. Outro exemplo mais singelo é o programa Cidade Linda, iniciativa que visa melhorar o espaço público. Incompreensível a Prefeitura não ter envolvido a sociedade, pedindo sua ajuda para cuidar da cidade.

O modelo tradicional de comunicação, com bravatas e apontando vilões, está mofado e hoje cola menos. Não dialogar, por temer painéis e reações nas redes sociais, deixou de ser opção. Os desafios pela frente demandam reforçar os laços com a sociedade, com transparência e discurso honesto. A sociedade clama por participação.

Fonte: LATIF, Zeina. Laços com a sociedade. Disponível em:

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,lacos-com-a-sociedade,70002340819>>

Acesso em 07 de Junho de 2018

A entrevista corajosa de Benevides (Samuel Pessôa – 03/06/2018)

Físico com doutorado em economia, ambos pela USP, sócio da consultoria Reliance e pesquisador do Ibre-FGV

* * *

O Valor de quarta-feira (30) publicou entrevista com Mauro Benevides Filho. Até recentemente secretário de Fazenda do Ceará —serviu três governadores, Lúcio Alcântara, Cid Gomes e Camilo Santana, na Secretaria de Fazenda por 12 anos—, Mauro é um dos principais assessores do candidato a presidente Ciro Gomes.

A entrevista de Mauro foi corajosa. O ex-secretário decidiu detalhar medidas para enfrentar nosso desequilíbrio fiscal. Mostrou que bases tributárias irá empregar para fechar a conta e colocar o país no rumo.

O economista Mauro Benevides Filho - Renato S. Cerqueira/Futura Press/Folhapress

Mencionou alterar a isenção de dividendos, mexer nos regimes tributários especiais —Lucro Presumido e Simples—, aumentar atribuição sobre herança e criar CPMF para acelerar a redução do endividamento, entre outras medidas. Apresentou estimativas iniciais.

Tratou de como pretende modificar a emenda do teto dos gastos. Aproximadamente dois terços da entrevista versaram sobre nosso desajuste fiscal, formas de corrigi-lo, e como a conta será distribuída entre grupos da sociedade.

A conta fecha? $2+2=4$? Não sei. Mas para saber, terei que trabalhar, conversar com outras pessoas, olhar os números, fazer simulações etc.

Há algumas semanas outro assessor de candidato falou a estultice de que o problema fiscal se corrige com crescimento. Tudo que os políticos desejam são assessores que vendam terreno em Marte. Mauro não se presta a esse serviço.

O assessor de Ciro colocou a conversa em outro patamar.

Há coragem tanto de Mauro quanto do candidato. Ao indicar com mais detalhe como desejam enfrentar nosso maior desequilíbrio, eles se expõem a toda sorte de retaliações. Os setores atingidos gritam e o bem comum, que é quem ganha com a solução civilizada de nosso conflito distributivo, é menos barulhento.

A vantagem da estratégia é a legitimidade caso eleito. A última eleição mostrou que não vale a pena ganhar e não carregar na vitória legitimidade para tocar um projeto de país.

Concordo com todos os pontos defendidos por Mauro? Certamente não. Não estou convencido que a conta fecha. Faltou detalhar a reforma previdenciária, qual será seu impacto sobre o gasto —ou todo ajuste será pela receita?—, como financiar o custo de transição para o modelo previdenciário de contas individuais capitalizado a taxas de mercado etc.

Também discordo que o preço dos bens produzidos pela Petrobras tenha que ser fixado a partir do custo de produção e não do custo de oportunidade, dado pelos preços no mercado internacional.

De qualquer forma, oxalá o exemplo de Mauro seja seguido por todas as candidaturas e o eleitor vá para a urna em outubro próximo bem informado e ciente dos custos e dos benefícios da escolha que fará.

A culpa é toda do PT? — Semana passada escrevi sobre minha interpretação da crise do diesel. Enfatizei, entre outros fatores, a desastrosa política do governo petista de crédito barato para a aquisição de caminhões.

Minha análise foi incompleta. Faltou lembrar que a greve é também sinal de esgotamento do contrato social da redemocratização.

A forte elevação do gasto público ocorrida desde o início dos anos 90 foi financiada prioritariamente por meio de impostos indiretos.

Em particular, tributamos em excesso bens e serviços que apresentam baixo custo administrativo de arrecadação e são facilmente repassados ao consumidor: telecomunicações, combustíveis e eletricidade.

A greve indica dificuldades políticas crescentes em continuar a expansão de nosso Estado com esse padrão tributário.

Fonte: PESSÔA, Samueal. A entrevista corajosa de Benevides. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2018/06/a-entrevista-corajosa-de-benevides.shtml>> Acesso em 07 de Junho de 2018

A democracia real (Michel Temer – 02/06/2018)

Presidente da República

* * *

No episódio da greve dos caminhoneiros o governo federal praticou plenamente o diálogo para solucionar grave impasse social que poderia trazer imenso prejuízo ao povo brasileiro. Muito maior do que os já registrados. Houve conversas permanentes com os manifestantes.

Ao fim da paralisação, temos um resultado de retorno à normalidade sem que tenha havido, da parte do Estado, nenhum ato de agressão ou violência contra os grevistas. Se houve excesso de algum manifestante mais exaltado ou de empresários que tentaram tirar proveito do episódio, o governo tinha as forças federais e a lei para usar. Nesses casos, demandou o Judiciário, conseguiu decisões favoráveis, aplicou multas pelas infrações cometidas e impôs a ordem. Prendeu somente quem cometeu crimes com abundância de provas. Usou somente a força federal ostensiva para dissuadir piquetes e bloqueios.

Sempre agiu com autoridade, nunca optou pelo autoritarismo. Talvez alguns quisessem cenas de espancamento e arbitrariedade. Chegaram a pedir a quebra dos princípios democráticos. Este governo usará de todos os meios para evitar danos à imagem da nossa democracia. Este é um Gabinete forjado no respeito ao contraditório, na capacidade de ouvir, de respeitar seus interlocutores. Mesmo aqueles que não o entendem terão oportunidade de expressar suas opiniões. Não serão violentados, não serão desrespeitados.

Diálogo e autoridade são marcas fundamentais deste governo. E foi com elas que, durante a manifestação dos caminhoneiros, garantimos a lei e a ordem. Chamamos as forças envolvidas na área de segurança: Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Força Nacional, Exército, Marinha e Aeronáutica. Elas se impuseram pela autoridade e na defesa dos princípios constitucionais. Foram aos pontos de bloqueio ou de aglomeração e os desmobilizaram sob o manto legal. A Advocacia-Geral da União acionou o Supremo Tribunal Federal, que decidiu em favor da ordem, em favor do País. Agimos todo o tempo em consonância com as instituições do Estado de Direito.

E por que o fizemos? Simplesmente porque a conta maior acabaria sendo paga pelo povo, principalmente os mais vulneráveis, os mais carentes. Inflação de preços, ausência de serviços médicos, impossibilidade de transporte afetam muito mais a base da nossa pirâmide social. E isso nós não poderíamos aceitar. Estávamos preocupados, sim: com o povo que ficou sem o direito de ir e vir, sem alimentos ou medicamentos.

Liberamos todas as estradas, acessos aos portos foram restaurados, aeroportos foram abastecidos, centrais de distribuição de alimentos receberam seus carregamentos, aos hospitais chegaram medicamentos. Estamos voltando à normalidade sem o registro de nenhuma violência, sem incidentes criados pelo Estado. O que se registrou foram atos de pressão e força de uma minoria de manifestantes, com a lamentável perda de uma vida humana em Rondônia, num ato de barbárie que não se justifica.

Assim é a democracia de fato, real e concreta. Nada de autoritarismo. Alcançam-se acordos indo ao limite máximo da negociação. Tivemos a compreensão do momento delicado por que passa uma categoria que se mostrou essencial à vida do País. A ela dedicamos nosso tempo para atender às reivindicações. Aprovamos no Congresso Nacional as medidas para pôr em prática os termos negociados. O Senado atendeu à nossa convocação em tempo recorde. Votou a reoneração e permitiu que encontrássemos os recursos orçamentários para cobrir as despesas extras. Nesse particular registro que também dialogamos muito com a Câmara e o Senado e deles tivemos integral apoio.

Fizemos isso sem causar perdas e danos às políticas que recuperaram a Petrobrás ou ameaçar a sua recuperação econômica, fato que é notável em dois anos de mandato. Mantivemos intactos os compromissos assumidos com a empresa e com o povo brasileiro. A conta foi assumida pelo Tesouro Nacional porque concluímos que manter o País na paralisação provocaria prejuízos muito maiores, incomensuráveis. Poríamos em risco nossa economia, nossa imagem internacional, vidas de brasileiros, o abastecimento de itens básicos para toda a população e o futuro de milhões de trabalhadores. O governo tinha de decidir. Não podia fugir à sua responsabilidade. E decidiu em favor do Brasil e do nosso povo.

Houve toda uma equipe de governo dedicada, com vigor, a solucionar a paralisação. Durante dias, ministros, auxiliares, policiais, assessores e técnicos trabalharam intensamente. Dialogaram, monitoraram, criaram novas formas de acompanhar um movimento único em nosso país (jamais uma ferramenta digital, como o WhatsApp, havia sido usada para conseguir tal mobilização e tamanho resultado, com liderança difusa e diversa oculta sob as comunicações das redes sociais). Trabalharam dias inteiros sem interrupção, até mesmo nos fins de semana, para debelar uma das mais preocupantes crises já ocorridas no País.

Fizemos tudo pelo caminho do diálogo e criamos interlocução respeitosa e digna com os caminhoneiros. Sempre buscamos o equilíbrio entre os interesses da categoria e do País.

Por dialogar, o governo tem sido impropriamente apodado de fraco. Por ser democrático, tem sido criticado. Lembro que, na falta de diálogo, há o império do monólogo: a crítica não tem espaço, a censura fala mais alto que a liberdade de se expressar.

É estranho que, nos tempos das redes sociais, da conectividade e da internet, tantos usem essas ferramentas para buscar os caminhos que levam ao silêncio, ao arbítrio, à tirania. Mesmo que essa onda exista, o governo remarará contra a corrente. Continuará aberto ao entendimento e defendendo a democracia. Continuará a buscar sempre os caminhos institucionais para solucionar conflitos.

Do caminho da lei e da ordem o meu governo não sairá jamais.

Fonte: TEMER, Michel. A democracia real. Disponível em:<
<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-democracia-real,70002334106>> Acesso em: 07 de Junho de 2018

Decifra-me ou te devoro (Fernando Henrique Cardoso – 03/06/2018)

Sociólogo, foi Presidente da República

* * *

A semana que acabou ontem foi plena de tensão, demonstrando a quem não percebera antes a profundidade das dissensões que vêm de há muito tempo. As incongruências da política econômica dos governos de Lula e Dilma, em sua fase final, já haviam levado a economia à paralisação e o sistema político a deixar de processar decisões. Daí o impeachment do último governo, ainda que baseado em arranhões de normas constitucionais.

Todo impeachment é traumático. Fui ministro de um governo que resultou de um impeachment, o do presidente Itamar Franco. Este, com sabedoria, percebeu logo que precisaria de um Ministério representativo do conjunto das forças políticas. Como o PT, que apoiara o impeachment do presidente Collor, se recusava a assumir responsabilidades de governo (com olho eleitoral), Itamar conseguiu a aceitação de uma pasta por Luiza Erundina, então no PT. Mesmo eu, eleito presidente por maioria absoluta no primeiro turno sem precisar buscar o apoio do PT, tive como um de meus ministros um ex-secretário-geral do PT.

De lá para cá os tempos mudaram. A possibilidade de algum tipo de convivência democrática, facilitada pela estabilização econômica graças ao Plano Real, que tornou a população menos antigoverno quando viu em marcha uma política econômica que beneficiaria a todos, foi substituída por um estilo de política baseado no “nós”, os supostamente bons, e “eles”, os maus. Isso somado ao descalabro das contas públicas herdado pelo governo atual, mais o desemprego facilitado pela desordem financeira governamental, levou a uma exacerbação das demandas e à desmoralização dos partidos. A Lava Jato, ao desnudar as bases apodrecidas do financiamento partidário pelo uso da máquina estatal em conivência com empresas para extrair dinheiro público em obras sobrefaturadas (além do enriquecimento pessoal), desconectou a sociedade das instituições políticas e desnudou a degenerescência em que o País vivia.

A dita “greve” dos caminhoneiros veio servir uma vez mais para ignição de algo que estava já com gasolina derramada: produziu um contágio com a sociedade, que, sem saber bem das causas e da razoabilidade ou não do protesto, aderiu, caladamente, à paralisação ocorrida. Só quando seus efeitos no abastecimento de combustíveis e de bens essenciais ao consumo e mesmo à vida, no caso dos hospitais, se tornaram patentes houve a aceitação, também tácita, da necessidade de uma ação mais enérgica para retomar a normalidade.

Mas que ninguém se engane: é uma normalidade aparente. As causas da insatisfação continuam, tanto as econômicas como as políticas, que levam na melhor das hipóteses à abstenção eleitoral e ao repúdio de “tudo o que aí está”. Portanto, o governo e as elites políticas, de esquerda, do centro ou da direita, que se cuidem, a crise é profunda. Assim como o governo Itamar buscou sinais de coesão política e deu resposta aos desafios econômicos do período, urge agora algo semelhante.

Difícilmente o governo atual, dada a sua origem e o encrespamento político havido, conseguirá pouco mais do que colocar esparadrapos nas feridas. Nada de significativo será alcançado sem que uma liderança embasada no voto e crente na democracia seja capaz de dar resposta aos atuais desafios econômicos e morais. Não há milagres, o sistema democrático-representativo não se baseia na “união política”, senão que na divergência dirimida pelas urnas. Só sairemos da enrascada se a nova liderança for capaz de apelar para o que possa unir a Nação: finanças públicas saudáveis e políticas adequadas, taxas razoáveis de crescimento que gerem emprego, confiança e decência na vida pública.

É por isso que há algum tempo venho pregando a união entre os setores progressistas (que entendam o mundo e a sociedade contemporâneos), que tenham uma inclinação popular (que saibam que, além do emprego, é preciso reduzir as desigualdades), que se deem conta de que o mundo não mais funciona top/down, mas que “os de baixo” são parte do conjunto que forma a Nação, e que, em vez de se proporem a “salvar a pátria”, devem conduzi-la no rumo que atenda, democraticamente, com liberdade, aos interesses do povo e do País.

Não se trata de formar uma aliança eleitoral apenas, muito menos de fortalecer o dito “centrão”, um conjunto de siglas que mais querem o poder para se assenhorearem de vantagens do que se unir por um programa para o País. Nas democracias é natural que os partidos divirjam quando as eleições majoritárias se dão em dois turnos, quando os “blocos sociais e políticos” podem ter mais de uma expressão partidária. Mas é preciso criar um clima que permita convergência. E, uma vez no caminho e no exercício do poder, quem represente esse “bloco” precisará ter a sensibilidade necessária para unir os que dele se aproximam e afastar o risco maior: o do populismo, principalmente quando já vem abertamente revestido de um formato autoritário.

Na quadra atual, entre o desemprego e a violência cada vez mais assustadora do crime organizado, a perda de confiança nas instituições é um incentivo ao autoritarismo. O bloco proposto deve se opor abertamente a isso. Não basta defender a democracia e as instituições, é preciso torná-las facilitadoras da obtenção das demandas do povo, saber governar, não ser leniente com a corrupção e entender que sem as novas tecnologias não há como atender às demandas populares crescentes. E, principalmente, criar um clima de confiança que permita investimento e difundir a noção de que num mundo globalizado de pouco vale dar as costas a ele.

Tudo isso requer liderança e “fulanização”. Quem, sem ser caudilho, será capaz de iluminar um caminho comum para os brasileiros? “Decifra-me ou te devoro”, como nos mitos antigos.

Fonte: CARDOSO, Fernando. Decifra-me ou te devoro. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,decifra-me-ou-te-devoro,70002334882>>
Acesso em: 07 de Junho de 2018

Uma vitória do consumidor com o novo cadastro positivo (Cristiane Alkmin J. Schmidt – 05/06/2018)

Cristiane Alkmin J. Schmidt é doutora em Economia pela EPGE/FGV, conselheira do Cade e professora de economia da FGV. Foi secretária-adjunta da SEAE/MF no governo FHC.

* * *

Nas últimas semanas o assunto emergencial ocupou as manchetes dos principais jornais, tirando foco dos tópicos imprescindíveis para o Brasil diminuir as suas distorções. Como é ano eleitoral, é imperativo que esses temas voltem à pauta do dia. O cadastro positivo, no formato do PL 441, neste contexto, faz parte desta agenda como relevante instrumento para reduzir os juros, ampliar o crédito e diminuir a inadimplência e o sobreendividamento. Deve, assim, ser aprimorado e, sobretudo, aprovado pelo Congresso o quanto antes.

O Sistema Financeiro é o meio mais eficiente para promover a alocação de recursos entre poupadores e investidores. Segundo Beck, Demirgüç-Kunt and Levine (2007), o volume de crédito tem correlação positiva com o crescimento do PIB; de acordo com o Banco Mundial, a relação crédito/PIB dos países desenvolvidos é muito superior à dos países em desenvolvimento; e, considerando dados do FMI, os spreads do Brasil, desde 2000, por ano, ultrapassam 35%, bem acima daqueles dos países membros da OCDE, que não alcançam 10%, ou dos países de renda baixa ou média, que não chegam a 5%.

Ou seja, o Brasil está mal na foto e no filme neste tema, o que leva a conclusão de que medidas estruturais precisam ser implementadas objetivando mudar os incentivos dos agentes econômicos, para que o spread possa diminuir e o crédito crescer, de forma permanente.

Nesta vertente, uma agenda conjunta da defesa/advocacia da concorrência e da defesa do consumidor precisa ser desenhada em prol do consumidor. Por exemplo, a necessidade de as entidades relativas a estas temáticas atuarem coordenadamente na briga por menos proteção à indústria doméstica (seja para se ter mais competição externa, seja para eliminar programas setoriais, como o Rota 2030). Chama a atenção, assim, a resistência de entidades de defesa ao consumidor com relação ao PL 441, liderada pelo deputado Celso Russomano.

O cadastro positivo é o conjunto dos registros acerca da pontualidade no pagamento dos indivíduos, contemplando informações de adimplemento e inadimplemento. Seu objetivo é discriminar o bom do mau pagador e dar uma nota para cada consumidor, permitindo que haja custos de crédito diferenciados, de acordo com o risco de cada um.

É, portanto, uma discriminação de preço eficiente, pois não piora a situação do mau pagador e melhora a do bom, fomentando, ainda, a concorrência entre os emprestadores. A ideia subjacente é dar ao emprestador, através do histórico de pagamentos, garantia para que o risco da operação diminua, uma vez que se reduz a assimetria de informação. A consequência, se aprovado o PL 441, será a ampliação da

oferta de crédito e a diminuição da taxa de juros média da economia. Além disso, deve-se ter menores níveis de inadimplência e de sobre-endividamento, dada a preocupação que o consumidor passará a ter com a sua nota.

Atualmente o que existe de forma impositiva é o cadastro negativo (que consta de informações apenas de inadimplemento), que pune na sua forma máxima aquele que não pagou uma única conta, pois deixa-o sem crédito, mesmo que ele estivesse disposto a pagar uma taxa de juros mais elevada. Se aprovado o PL 441, no caso dele não pagar uma conta, a sua nota será levemente diminuída, ele não será tratado como "negativado" e seguirá a ter acesso ao crédito, ainda que mais caro, comparativamente à situação se estivesse com todas as contas em dia. Ele será, assim, menos punido. Além disso, o que é repassado para os cedentes (adquirentes da informação, como lojistas e bancos) é o histórico de inadimplência do consumidor, independente da sua autorização.

Com a aprovação do PL 441, o histórico de pagamento do consumidor não será repassado aos cedentes, exceto sob sua permissão. O que é repassado é a sua nota. Além disso, ainda que seja automática a sua participação no cadastro, ela não é impositiva como ocorre hoje, podendo o consumidor requerer a sua saída (opt out). Ademais, os consumidores que hoje não participam do mercado de crédito serão incorporados neste cadastro, pois neste inclui, além do histórico de gastos com o crédito tomado, os custos com luz, telefone etc. Logo, haverá uma bancarização de pessoas que outrora estavam excluídas do mercado de crédito, sendo benéfico para elas.

O cadastro positivo existe desde 2011, mas não como propõe o PL 441 (opt out). O atual não é automático (opt in, em que o consumidor tem que ir ao birô de crédito para pedir a sua inclusão) e, por isso, não vingou. De fato, o grau de abrangência é de apenas 5% da população. Além disso, não há garantias quanto à informação do consumidor. Pelo PL 441, este problema finda, pois haverá responsabilidade solidária e objetiva em caso de vazamento, ou seja, todos os culpados serão condenados e multados.

A experiência internacional (dados do Banco Mundial) é contundente. Os países que adotaram o cadastro positivo opt out, tiveram maior abrangência dos consumidores no mercado de crédito e menor spread (3,7%), comparativamente aos países que não adotaram (11,8%).

Relativamente ao status quo, destarte, a melhora será significativa com o PL 441, tendo a experiência internacional para corroborar esse potencial. O sistema atual é ruim, impositivo, repassa o histórico de inadimplemento sem a permissão do indivíduo, protege pouco as informações dos consumidores e não fomenta a concorrência bancária. O cadastro positivo opt out, destarte, deveria ter a permissão do Congresso para começar a valer logo. Seu texto base foi aprovado na Câmara, faltando votar os destaques, e, depois, retorna ao Senado.

Dado que o país precisa crescer, dada a falta de concorrência bancária, dado que a taxa de juros precisa diminuir e o crédito aumentar de forma sustentável e dado que os órgãos em prol do consumidor devem ter uma agenda coordenada, convoco respeitosamente os "consumeristas" a aderirem ao que poderia ser o primeiro item de uma crucial, oportuna e indispensável agenda conjunta em prol de todos os consumidores brasileiros.

Fonte: SCHMIDT, Cristiane. Uma vitória do consumidor com o novo cadastro positivo. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/5569781/uma-vitoria-do-consumidor-com-o-novo-cadastro-positivo>> Acesso em 07 de Junho de 2018.

A misteriosa relação entre globalização, tecnologia e trabalho (Marcos Troyjo – 06/06/2018)

Diplomata, economista e cientista social, é diretor do BRICLab da Universidade Columbia

* * *

Uma das principais características da economia contemporânea reside no pressuposto de que a robótica e a automação, bem como outras tecnologias de ponta, ameaça a existência de profissões e postos de trabalho como os conhecemos até agora.

A hipótese é verdadeira. “Desenhista remoto em 3D”, “administrador de dados em nuvem”, “curador de inteligência artificial (IA) aplicada à logística” são algumas das novas profissões. Elas fazem com que algumas ocupações —gestão de imagem em rede social ou webdesigner— há pouco novidades, já pareçam pouco inovadoras.

O poder de transformação da tecnologia sobre o mundo do trabalho é imenso. Assim, é um erro creditar à globalização o papel de principal culpada pela obsolescência de regiões e setores manufatureiros nas principais economias do Ocidente.

Quando determinadas atividades industriais se transferem a outros países seja por razão de maior produtividade, especialidade ou menor custo, os ganhos de eficiência podem ser utilizados no reinvestimento em áreas de maior valor agregado (como marketing, design ou pesquisa & desenvolvimento).

Ao observarmos esses fenômenos, estamos diante da fundamental transição da “manufatura” para a “mentefatura” (em inglês, diríamos from manufacturing to mindfacturing).

Na mesma linha, é equivocado colocar na conta da influência da imigração o deslocamento da empregabilidade de setores em economias avançadas, como a maioria das que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

No caso dos EUA, pesquisas recentes já registram que os norte-americanos temem mais pelo impacto da IA sobre seus empregos do que aquele causado pela imigração ou pela mudança de elos da cadeia produtiva a outros países. Aliás, essa mesma pesquisa aponta que 73% acham que a IA mais atua na destruição do que na criação de oportunidades de trabalho.

A propósito, a relação imigrantes-tecnologia-emprego no mais das vezes parece percorrer o caminho inverso. Com o estabelecimento de restrições à imigração, mudam-se os fluxos de investimento de empresas estrangeiras intensivas em tecnologia.

O Canadá, por exemplo, com menos restrições à imigração de pessoal qualificado em setores de alta tecnologia, está ganhando dos EUA na corrida global por talento —e atraindo grande volume de startups tecnológicas.

Como sabemos, a preocupação com o efeito da introdução de novas tecnologias sobre o trabalho não é nova. No começo do século 19, com a Revolução Industrial a pleno vapor, arregimentou-se o ludismo — um movimento na Inglaterra em que artesãos invadiam fábricas de tecelagem e destruíam as máquinas que aparentemente lhes estavam roubando o ganha-pão.

Embora alguns historiadores argumentem que o movimento em si nada tinha contras as máquinas, mas tudo em favor de melhores condições de trabalho, o ludismo ficou marcado como esforço estéril perante a imperiosa dinâmica de inovação.

O quão esse debate sobre tecnologia e trabalho é envolto em sutilezas analíticas pode ser esclarecido com o exame contemporâneo de economias como as de EUA, China, Japão e Alemanha. Trata-se aqui, respectivamente, dos países que detêm os quatro maiores PIBs (produto interno bruto) do mundo.

São, da mesma forma, as quatro nações que mais depositam patentes, uma boa medida do ritmo e volume de inovação, na OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual).

Ora, se o avanço da tecnologia põe em risco os postos de trabalho, e esse processo obviamente é algo que não começou agora, era de supor que o desemprego relacionado à tecnologia crescesse progressiva e estruturalmente nessas economias, certo?

Bem, o que então dizer das últimas estatísticas sobre o nível de desemprego nesses quatro países? Impressiona notar que ele se encontra em patamar espetacularmente baixo: EUA (3,8%, maio de 2018), China (3,89%, março de 2018), Japão (2,5%, abril de 2018) e Alemanha (3,4%, abril de 2018). Só para lembrar, o desemprego no Brasil —que não é exatamente um portento tecnológico— é de 12,9% (abril de 2018).

Além de seu elevado índice de inovação tecnológica, esses países apresentam em comum a grande escala comparativa de suas economias; o perfil, no agregado, como as quatro maiores nações comerciantes (medido pelo fluxo nominal combinado de exportações e importações); boa governança macroeconômica e instituições que incentivam e asseguram a inovação.

Em síntese, economias mais competitivas —ao contrário do que por vezes pregam seus líderes atuais— permitem a transformação do mundo do trabalho e da empresa. Em vez de os evitar, preparam-se para o desafio de novos tempos. É bem melhor estar ciente disso do que travar batalhas imaginárias contra inimigos camuflados na globalização, na imigração ou na tecnologia.

Fonte: TROYJO, Marcos. A misteriosa relação entre globalização, tecnologia e trabalho. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcostroyjo/2018/06/a-misteriosa-relacao-entre-globalizacao-tecnologia-e-trabalho.shtml>> Acesso em 07 de Junho de 2018

A maldição do pré-sal (Rodrigo Zeidan – 02/06/2018)

Economista, é professor da New York University Shanghai, na China, e da Fundação Dom Cabral, no Brasil.

* * *

A descoberta do pré-sal se revelou uma catástrofe. A megalomania do maior plano de investimentos da história da indústria de petróleo é parte da crise atual. Afinal, o único resultado concreto desse plano foi a quase falência da Petrobras e a substituição de parte da sua produção em declínio, a um custo astronômico.

Em 2005, o lucro operacional da empresa foi de R\$ 38,5 bilhões, em dinheiro da época. No ano passado, foi de R\$ 35 bilhões, bem menor que seu custo de capital.

A Petrobras é hoje uma empresa de tecnologia de dívidas profundas. São três os motivos pelos quais estaríamos melhor sem o pré-sal: ecológicos, éticos e de eficiência.

Durante anos, os relatórios da empresa comparavam a Petrobras a Exxon, Shell e BP, ignorando as suas verdadeiras referências: Sonangol (Angola), Pemex (México) e PDVSA (Venezuela).

Dentro da empresa, era comum achar que Exxon e Shell não teriam futuro, pois só a Petrobras teria reservas. O plano era "ser uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo". Os devaneios não estavam somente lá.

Durante o governo Dilma Rousseff, estive com diversas empresas no Amazonas, e algumas estavam aumentando as frotas de caminhões, mesmo sem ver nisso uma grande oportunidade. Afinal, em 2012 o governo decidiu reduzir os juros da linha PSI-Finame, do BNDES, para módicos 2,5% ao ano para a compra de veículos pesados.

Vale lembrar que a inflação fechou o ano em 5,84%. Impossível resistir quando o governo suga recursos de toda a sociedade para "premiar" as empresas do seu setor. A exploração do pré-sal é um desastre ambiental, direto e indireto. Os péssimos controles internos e externos permitiram que recursos vultuosos fossem parar nas mãos de corruptos, dentro e fora da empresa.

Além disso, é fundamentalmente ineficiente, sem nenhum lucro econômico, e ainda diminuiu a competitividade relativa da indústria sucroalcooleira e outras energias renováveis.

Os investimentos no pré-sal e o novo-desenvolvimentismo resultaram num retrocesso institucional. Simplesmente não temos maturidade para desenhar políticas industriais decentes. O ideal seria a empresa fazer somente os investimentos básicos para explorar os poços muito viáveis e se planejar para em 30 a 40 anos não mais existir.

A transição para um modelo de sociedade sustentável não vai se fazer tendo como base a busca pelo aumento da indústria petrolífera. Não somos a Noruega, não temos capacidade de gerir eficientemente uma empresa pública com indicadores sólidos de governança e o equilíbrio entre objetivos públicos e privados.

O petróleo não é nosso, nem das multinacionais. Achar que o pré-sal iria alavancar a posição geopolítica do país chega a ser piada: "Olha lá, palhaços cucarachas corruptos querem pagar caro pra brincar no joguinho de Opep? Vamos rapar os otários".

Quando você é o pato na mesa, não adianta culpar os outros. A megalomania da e para a Petrobras limitou o crescimento de energias alternativas no país.

A princípio, haveria espaço para uma pujante empresa de petróleo enquanto o país faria sua transição para energias renováveis. Mas não temos governança escandinava.

Importar petróleo é bom --nos faz investir em mais eficiência. Ruim é ouvir o discurso arranhado de que o petróleo tem que ser nosso para preservar interesses nacionais.

Pior mesmo é subsidiar gasolina, um completo absurdo. Pelo visto, nossa incapacidade de aprender com erros passados continua intacta.

Fonte. ZEIDAN, Rodrigo. A maldição do pré-sal Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rodrigo-zeidan/2018/06/a-maldicao-do-pre-sal.shtml>> Acesso em 07 de Junho de 2018

DISCLAIMER

O presente material é meramente informativo, genérico e não configura consultoria, oferta, solicitação de oferta, ou recomendação para a compra ou venda de qualquer investimento, instrumento ou produto específico em qualquer jurisdição ou mercado, nacional ou internacional. Embora as informações e opiniões aqui expressas tenham sido obtidas de fontes confiáveis e de boa fé quando da publicação, estas não foram independentemente conferidas ou validadas e nenhuma declaração ou garantia, expressa ou implícita, é feita a respeito da exatidão, fidelidade e/ou totalidade das informações. A Pragma Gestão de Patrimônio Ltda (“Pragma”) não se responsabiliza pela publicação acidental de dados incorretos e as informações, opiniões e valores indicados estão sujeitas a alteração, reprocessamento e/ou reprecificação sem aviso prévio. As matérias, artigos, relatos e entrevistas contidos neste documento e em seus anexos são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando ideias, opiniões, pensamentos ou qualquer forma de posicionamento da Pragma. Este documento não pode, sob qualquer forma ou pretexto, ser utilizado, divulgado, alterado, impresso ou copiado, total ou parcialmente, sem prévia autorização da Pragma tampouco poderá ser divulgado ou utilizado por qualquer pessoa ou entidade em qualquer jurisdição ou país onde sua divulgação ou uso seja contrário às leis ou regulamentos vigentes ou em que o recipiente do documento não esteja qualificado a agir, ou para qualquer pessoa cuja jurisdição possa considerar ilegal a divulgação de informações, serviços, opiniões ou análises deste material. Informações adicionais poderão ser obtidas mediante solicitação.